

SAUDADES DA AMÉLIA? A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO PARA ALÉM DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DE CONCILIAÇÃO E CONSTELAÇÃO FAMILIAR

MISSING AMÉLIA? THE SEARCH FOR GENDER EQUALITY BEYOND INSTITUTIONAL PRACTICES OF MEDIATION AND FAMILY CONSTELLATION

Ana Carolina Alves¹
Orientadora Profa. Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

RESUMO: A Constituição Brasileira de 1988, além de inaugurar o Estado Democrático de Direito, consolidou direitos fundamentais e reconheceu a importância ao direito da mulher por meio da formalização de um pleito coletivo por igualdade de gênero. Para além da Constituição e tratados internacionais, a Lei no 11.340/2006, fruto da determinação da brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, representou um marco histórico na proteção da mulher em face da violência doméstica e familiar por meio da criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, da alteração da legislação penal e outros encaminhamentos. Entretanto, a vivência da mulher brasileira, desde então, não parece traduzir a segurança e a igualdade esperada da constituição e legislação pátria, dado que os índices de violência doméstica e feminicídios continuam a crescer por todo o país. O poder judiciário, por sua vez, tem demonstrado uma tendência quanto a implementação de um sistema de justiça multipistas que propõe a “solução” dos conflitos de forma consensual, dentre elas a mediação. Neste mesmo sentido, importou-se ao judiciário brasileiro a prática da constelação familiar ou sistêmica, ratificada pelo CNJ como tratamento adequado dos conflitos, que promete o apaziguamento entre os opostos. Contudo, constata-se, a recorrência de relatos que indicam uma possível revitimização da mulher em situação de violência de gênero, especialmente quando inserida em audiências de mediação ou sessões de constelação familiar promovidas pelo poder judiciário. Diante de um contexto nacional de desigualdade de gênero e persistente violência doméstica, a pesquisa propõe-se a compreender em que medida as práticas institucionais de mediação e constelação nas varas de família reforçam estereótipos de gênero e contribuem com a manutenção de um sistema patriarcal. O que se justifica na medida em que fornece subsídios para o pensamento crítico de uma compreensão paradigmática dos fenômenos que envolvem a perpetuação das práticas violentas contra mulheres. A pesquisa é vinculada a linha de pesquisa “estado democrático e políticas constitucionais” inserida na área de concentração em direito público e constitucionalismo, junto ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em Direito da FURB. Para tanto, utilizar-se-á de método hipotético-dedutivo de abordagem, por meio de procedimento histórico e monográfico, com natureza qualitativa, básica ou pura-objetiva, a ser realizada por meio de técnica bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade de Gênero; Práticas Institucionais; Conciliação; Constelação Familiar.

¹ Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da FURB.

ABSTRACT: The Brazilian Constitution of 1988, in addition to inaugurating the Democratic State of Law, consolidated fundamental rights and recognized the importance of women's rights by formalizing a collective claim for gender equality. In addition to the Constitution and international treaties, Law 11.340/2006, the result of Brazilian Maria da Penha Maia Fernandes' determination, represented a historical milestone in the protection of women from domestic and family violence by establishing Courts for Domestic and Family Violence Against Women, changing criminal legislation, and introducing other measures. However, the experience of Brazilian women since then does not seem to reflect the security and equality expected from the constitution and legislation, since the rates of domestic violence and femicides continue to grow throughout the country. The judiciary, in turn, has shown a tendency toward implementing a multi-door justice system that proposes the "solution" of conflicts in a consensual manner, among them mediation. In this same sense, the practice of family or systemic constellation has been imported to the Brazilian judiciary, ratified by the CNJ as an adequate treatment for conflicts, which promises appeasement between opposites. However, there is a recurrence of reports that indicate a possible revictimization of women in situations of gender violence, especially when inserted in mediation hearings or family constellation sessions promoted by the judiciary. In a national context of gender inequality and persistent domestic violence, this research aims to understand to what extent the institutional practices of mediation and constellation in family courts reinforce gender stereotypes and contribute to maintaining a patriarchal system. This is justified insofar as it provides subsidies for critical thinking about a paradigmatic understanding of the phenomena that involve the perpetuation of violent practices against women. The research is linked to the line of research "democratic state and constitutional policies" inserted in the area of concentration in public law and constitutionalism, in the stricto sensu post-graduation program in Law at FURB. For this, the hypotheticaldeductive method of approach will be used, using historical and monographic procedures with a qualitative, essential, or pure-objective nature, to be carried out through bibliographical and documental techniques.

KEYWORDS: Gender Equality, Institutional Practices, Conciliation, Family Constellations.

Editor:
Dr. Leonardo da Rocha de Souza

Editoras executivas:
Clarice Aparecida Sopelsa Peter
Layra Linda Rego Pena
Cássia Katarine Sant'Anna da Silva
Stéphanie Luíse Pagel Scharf Mette